OLIVEIROS S. FERREIRA

Do liberalismo no Brasil

A discussão sobre o liberalismo no Brasil em boa medida se perverteu em decorrência do emocionalismo que marcou todo o processo político-social que acabou desaguando no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Até então, a discussão era relativamente fácil, embora não fosse sem custo assumir uma posição "liberal". Depois do *impeachment* - e, antes dele, feita em má hora e erroneamente, a associação do programa econômico da ministra Zélia Cardoso de Mello ao liberalismo -, a simples discussão é marcada por um viés que impede se vejam as questões com clareza. A rigor, o fenômeno perverso não nasceu com a eleição de Collor de Mello; vem de antes. Só assim é que se consegue explicar porque a ira contra o liberalismo,



OLIVEIROS S. FERREIRA é professor-associado de Ciência Política da USP e autor de *Os 45 Cavaleiros Húngaros* (Editora UnB/Hucitec): que a rigor existia tempos atrás, mascarada, inclusive na Academia, explodiu até mesmo em círculos que apoiaram o programa escrito do antigo presidente.

Se me perguntarem se existe liberalismo no Brasil, responderei que se existem
alguns que se consideram liberais, liberalismo não existe, porque nunca existiu. Houve
liberais, uns com maior relevo na cena política, outros menos importantes. Enquanto
movimento de idéias e práticas políticas, no
entanto, o liberalismo nunca chegou a se
estruturar (portanto a existir), em boa medida porque a realidade social militava e continua militando contra ele, seja no terreno
das idéias, seja no das práticas sociais, políticas e econômicas.

Poder-se-ia dizer, no que se refere às práticas políticas, que a afirmação é por demais severa. Afinal, quem vê as constituições de 1946 e 1988 não hesitará em dálas como liberais pela consagração dos direitos individuais c, até mesmo, da propriedade. As interpretações de eminentes juristas, dando como assente que a Carta de 88 consagra a iniciativa privada e reduz o papel do Estado na vida econômica, abundam nos textos especializados e nas conferências sobre o problema. Se se pode contra-argumentar nesse terreno, à luz do que a Constituição dispõe sobre "cartórios" econômicos ou profissionais, monopólios e intervenção estatal por motivos "estratégicos", não cabe divergências quando se aponta a consagração dos direitos individuais, ampliados do político para o social, nisso superando dialeticamente o liberalismo, ou simplesmente o ultrapassando. Cabe ter presente, no entanto, que a Constituição escrita, a "folha de papel" a que se referia Lassale, é uma coisa, a Constituição real do país é outra. A resposta à pergunta se existe liberalismo no Brasil não deve ser dada tendo em vista a "folha de papel", mas as relações reais de poder na sociedade e, mais que isso, o grau de consciência que a média, para não dizer a maioria dos cidadãos, tem dos seus direitos e da necessidade que existe de sua participação na tomada de decisões sociais e na vida política para que se possa consolidar um Estado de Direito em que as divergências sejam aceitas, porque vistas como fato natural da vida na sociedade.

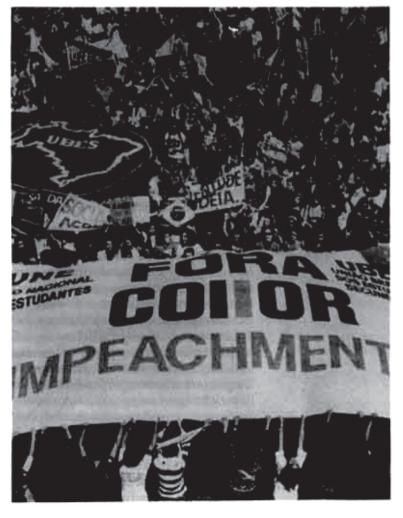
O liberalismo é uma drôle de doctrine, neste sentido de que é um conjunto de práticas e direitos restritos aos "optimates" que não têm como, no plano das idéias, negá-las aos que a sua categoria social não pertencem. Ora, aquilo que não se pode negar no terreno das idéias, mais cedo ou mais tarde, será concedido no das práticas. O liberalismo não escapa dessa quase-lei. A forma pela qual se dará a ampliação e passagem desses direitos e práticas da categoria dos optimates para um número sempre maior de pessoas, que pouco a pouco adquirem a condição de cidadãos, dependerá da sabedoria dos que detêm o comando das alavancas do podere da organização do movimento dos excluídos. Se os dirigentes são como os Capetos, que nada aprenderam nem nada esqueceram, acabam na guilhotina; se são como os ingleses, continuam no comando da sociedade, cedendo lentamente, ao longo das décadas, parcelas de seus direitos até então usufruídos em exclusivo; se são como os brasileiros, depois de vencido o Império com seus liberais e conservadores alternadamente beneficiados pela Coroa, concedem tudo na Constituição, na "folha de papel", para nada ceder no terreno das práticas e dos direitos. Os Capetos tudo perderam diante do grande movimento de massas, cujo vapor Napoleão fez questão de liberar pouco a pouco durante as campanhas da "Grande Armée"; os ingleses foram cedendo igualmente diante do movimento popular e de opinião (a oposição extraparlamentar) que reclamava se aplicassem as idéias que inspiravam os discursos nos Comuns. No Brasil, inexistindo essa pressão - que quando houve se manifestou diretamente como reivindicação social profunda, senão revolucionária, levando os que professavam a doutrina liberal a formar o "partido da Ordem" para defender seus privilégios supostos ameaçados -, os dirigentes decidiram spontesua e perante o altar de sua consciência moral (ou de sua má consciência, pouco faz) conceder direitos aos dirigidos, negando-lhes, porém, a possibilidade de aglutinar-se para fazer dessa concessão uma realidade. Os "clubes" do Palais Royal cortaram a cabeça de Luís XVI e de quantos eram adversários da Humanidade e das Instituições, vale dizer da Revolução. Depois das Restaurações, antes de 1848, os dirigentes da Terceira República francesa consolavam os que não podiam votar, nem participar da hoje chamada Cidadania, dizendo-lhes para se enriquecer. No Brasil, mandou-se embora o Imperador, mas houve quem conservasse os títulos nobiliárquicos, e todos os maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, não fossem praças de pré nem "religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a votos de obediência, regra ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual", poderiam votar. Evidentemente, nos candidatos dos partidos formados pelas coteries dos dominantes. Em 1946, durante os debates na Assembléia Constituinte, pretendeu-se restabelecer a restrição aos "sujeitos a voto de obediência", mas não era mais possível manter-se a Igreja tão separada assim do Estado. Os analfabetos continuaram sem direito de voto até 1988 seu número sempre grande no corpo social - e, mesmo depois de conquistar o direito de votar, continuaram sem conhecer seus mais elementares direitos civis como o de serem registrados pelos patrões quando se empregam.

Contrariamente à Europa, que inspirou muitas de nossas elites, e aos Estados Unidos (que, depois de influenciarem Rui Barbosa e a Constituição de 1891, hoje atraem as classes médias e os novos-ricos que vão a Miami e Orlando ou lá compram imóveis), os dirigentes que se consideravam liberais não cuidaram de ampliar as franquias sociais e políticas privativas deles e dos membros das diferentes coteries em que a sociedade brasileira bem pensante se dividia e divide até hoje. Os ditos "pensadores autoritários" viram esse fenômeno com acuidade ímpar; alguns militares, na década de 30, chegaram a visão semelhante. Na oposição a uns e outros, os bem pensantes que vieram depois de 45, quando o ditador Vargas foi deposto, fizeram questão de combater a influência nefasta dos autoritários que reclamavam que o povo deveria ter consciência de seus direitos civis, e cuidaram de fazer que nenhuma das instituições construídas no período de 30 a 45 para consolidar o triunfo do Estado sobre uma sociedade desorganizada fossem abaladas, especialmente no campo das relações de trabalho.

O liberalismo - desculpem a repetição e a simplificação - não é um corpo acabado de doutrina; permite que se defendam suas conquistas no terreno político e dos direitos individuais (os direitos políticos) e se aceite, quando não se peça a intervenção do Estado na economia. Nos direitos civis pouco se toca, porque são supostos corolários dos direitos políticos. O Estado "guardião da noite", como foi caricaturado durante algum tempo, era exatamente isso:

os optimates gozavam de suas liberdades e reclamavam do Estado, que controlavam pelo Governo, que cuidasse de defendê-los contra aqueles que ainda não podiam ascender à fruição delas e dos direitos civis e políticos. Isso para não dizer das políticas que punham em prática para defender fatias do mercado, quando não todo ele, contra a concorrência estrangeira. O movimento de massas livre dos tentáculos do Estado - nesse particular, o político e o social se confundiam, pois as associações não podem buscar sua legitimidade funcional no Estado sob pena de as liberdades e os direitos serem tidos como apropriados pelos burocratas que integravam o Governo - contribuiu para que o resultado dessa intervenção do Estado na vida econômica e social tivesse resultados danosos para o gozo das liberdades civis e políticas por parte de quem não pertencesse às coteries ou delas fosse dependente. Se até as tabacarias dependiam da burocracia francesa no Segundo Império, nem por isso a burocracia, aquela jibóia a que Marx se referia com muita propriedade, chegou a

Ranco de dados



R E V I S T A U S P

9

constituir-se num grupo social capaz de sufocar ou intermediar as reivindicações dos despossuídos para enquadrá-las nos desígnios do Governo controlado pelos proprietários e seus dependentes, aglutinados pelas afinidades eletivas em diferentes gozos sociais da cultura. Nesse sentido, a matriz irracional da vida social, para lembrar as lições de Mannheim, continuou "irracional" no sentido que lhe emprestava o autor de Ideologia e Utopia. Continuando irracional e livre, foi capaz, portanto, de provocar alterações profundas nas relações sociais e de poder na sociedade geral. No Brasil, as coisas foram diferentes e a irracionalidade da matriz irracional se perdeu por obra e graça dos autoritários, dos pensadores católicos e de quantos, após a queda de Vargas em 45, nada fizeram para modificar a legislação sindical do Estado Novo, embora se dissessem defensores dos trabalhadores.

O cerceamento da organização dos trabalhadores produziu efeitos mais profundos do que a Ciência Política moderna poderia supor - com certeza, apenas a Sociologia clássica poderia permitir se vissem as coisas mais longe. A legislação sindical (meio corporativista, meio intervencionista, meio estatizante das relações sociais) cortou a possibilidade de as lutas sociais se travarem no terreno que lhe seria próprio, isto é, o da sociedade, e as transferiu para o do Estado, via Justica do Trabalho e a umbilical ligação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Nesse quadro social - sem referir-me aos demais, próprios de um país que até 1950 era rural e não urbano - seria extremamente difícil encontrar dirigentes que desejassem levar o liberalismo-oreconhecimento e aceitação normal das divergências, do conflito - à prática. Os mais "progressistas" poderiam imaginar transformações via ilustração de quantos pudessem chegar à Universidade gratuita, mas não sabiam atender a reclamação de direitos sociais fora dos quadros muito estreitos da vida constitucional e política da época. Sobretudo, moviam-se nos limites impostos pela cosmovisão preponderante numa sociedade que tinha muito de rural, especialmente pela concentração populacional. Os liberais integravam grupos que se poderiam dizer urbanos nessa sociedade rural pelas práticas e pelos costumes; seu liberalismo manifestava-se na pertença a algumas sociedades secretas e na defesa do voto secreto, solução para tudo. Ao mesmo tempo, opondo-se aos que defendiam o voto a bico de pena, combatiam as pretensões dos "ruralistas" que desejavam o livre cambismo, a que os ditos liberais se opunham, pois eram mais urbanizados e mais ligados à indústria nascente.

Por outro lado, o conflito social que enseja o enriquecimento das relações sociais e cria o campo fértil em que florescem os princípios e as idéias liberais, esse não pôde desenvolver-se fora dos quadros das práticas e dos gestos instituídos pelos optimates. Na realidade política do dia-a-dia, os liberais urbanos defendiam tarifas alfandegárias altas, o que assegurava à indústria posição cômoda no mercado interno, e o movimento operário não teve, depois de 1930, condições de impor-se como sujeito de uma parte de sua história. Coarctado pelos "pelegos" que o Estado Novo criara, e depois conduzido pelos partidos de esquerda que adentraram os sindicatos e, neles, passaram a defender a manutenção do Imposto Sindical (quando não se prestando aos manejos de setores industriais), o movimento de massas não foi capaz de criar as condições políticas que forçassem os liberais urbanizados a sustentarem sua luta, nem, noterreno econômico, fazer com que as lutas sindicais levassem à modernização tecnológica, que permitiria, associada às tarifas protecionistas, num complexo jogo de forças sociais, que houvesse um desenvolvimento industrial "livre", em que a matriz irracional da vida social predominasse e impusesse a concorrência, que não apenas permitiria a referida modernização tecnológica com a qual os proprietários continuariam usufruindo lucros, como ensejaria, pelo confronto das forças sociais liberadas pela tecnologia e pelo mercado, a participação efetiva do "grande número" na vida política. Nessas condições, o movimento operário, apesar da aparência das grandes greves, continuou sendo, como se dizia na Argentina de antes de 30, "la gran y funeral canalla".

Não apenas a prisão da matriz irracional da vida social em uma camisa-de-força estatal explica por que as idéias liberais sempre inscritas nas constituições não chegaram a traduzir-se em práticas. Para esse retardo, fatal para o desenvolvimento político como se viu depois de 1964, contribuiu também o modo peculiar pelo qual se dera a formação do Brasil, a organização de sua "formação social". Creio que se faz mister, para ajudar a compreender o problema da inexistência do liberalismo enquanto movimento de idéias e organização de práticas socias e políticas, rever algumas das construções teóricas que vimos alinhavando (eu inclusive) a propósito da formação do Estado brasileiro, dado como patrimonialista em decorrência da herança portuguesa. É comum, hoje em dia, ouvirmos ou lermos objurgatórias contra o patrimonialismo português que se transplantou para o Estado brasileiro, e o ethos católico que impediu a formação do capitalismo tal qual se desenvolveu em países protestantes. Acredito que se faz mister rever em parte esses conceitos, quando mais não seja porque o Estado português de hoje se adapta perfeitamente bem aos modelos europeus adiantados, e a vida social e econômica portuguesa, embora sofrendo as consegüências do "reino da estupidez" que imperou durante séculos e dos 50 anos de governo salazaristacatólico, não é tão "corporativa" quanto a brasileira (pelo menos no que se refere aos naturais e aos europeus de fora de Portugal).

É preciso qualificar os malefícios causados pela ética católica ao desenvolvimento brasileiro, ou latino-americano como pretendem alguns. Sem desejar me aprofundar na discussão econômico-teológica, caberia estabelecer que a posição da Igreja Católica diante da atividade econômica se concentrou antes de Leão XIII na questão do "justo preço" e na defesa, feita por algumas ordens religiosas, dos "pobres" por oposição aos "ricos". Tomadas abstratamente, essas palavras prestam-se a diferentes interpretações; creio que se vistas em seu contexto histórico-social, a doutrina do "justo preço" (pós-revolução comercial do século XI) reclamava que os preços fossem fixados em função do status (em sentido muito amplo) dos compradores e não de um lucro, presumido abusivo, do vendedor. Ademais, a questão não se entenderá completamente se não se levar em conta que ao lado da doutrina do "justo preço" - que alguns economistas modernos entendem querer significar não um preço relacionado com o status do comprador, mas sim com o incipiente jogo de mercado que começa a se manifestar -, desenvolvia-se a condenação da usura, que era intrínseca, embora não formalmente ligada à questão do que se poderia chamar de lucro numa economia ainda não plenamente regida pelo modo de reprodução ampliado. Todas essas doutrinas desenvolvidas no seio da Igreja Católica (inclusive a condenação dos "ricos", que não podiam ser vistos apenas como aqueles endinheirados que ao morrer legavam para bispados e conventos e que não seriam condenados por terem propriedades e moeda sonante, mas talvez por não praticarem a caridade como ensinava São Paulo...) frutificaram no instante em que a concorrência começava a se estabelecer e o dinheiro, gerando dinheiro, ensaiava os primeiros passos para substituir a noção profundamente arraigada de que os bens produzidos encontravam correspondência não na moeda (correspondência de valor abstrata), mas em outro bem igualmente produzido para o consumo. As doutrinas econômicas formuladas pela Igreja Católica nesse período não condenavam o "lucro", nem o fato de alguns serem socialmente mais distinguidos do que outros: eram contrárias à usura (prática de definição extremamente difícil, inclusive porque nessa discussão se introduz com bastante vigor a idéia de que o "tempo" em que o dinheiro permanece fora das mãos de seu proprietário deve ser considerado como fator impeditivo de que ele aplique esse numerário em outra atividade produtiva) e contra o fato de as novas formas de produção que se insinuavam naquele universo semifechado desconhecerem a posição social das pessoas, ignorando que antes de tudo eram "pessoas", e por tratá-las a todas como iguais, "monadas" que valiam pelo trabalho que podiam fornecer.

Insistir em que essas doutrinas impediram a organização de uma "formação social moderna" no Brasil é supor que as ideologias podem sobreviver tal qual, séculos depois, em meio social que nada tem a ver com aquele em que nasceram. Que as idéias podem adaptar-se, e as palavras e os gestos que persistem simbolizar coisas diferentes daquelas que lhes deram origem, é fato corriqueiro na análise psicanalítica, ortodoxa ou não, e no estudo das ideologias. Sucede, porém, que, mudado o quadro social, osimbolizado é diferente do que o símbolo exprime em sua pureza semântica. Quero com isso propor à discussão que o ethos católico não se arraigou no Brasil a não ser depois da "Rerum Novarum" e com sentido bastante diferente da doutrina do "justo preço" e do combate à usura. Se, hoje, 1993, repetindo o que se disse possivelmente nos anos 50, mas com certeza nos 60, se condena a Igreja Católica pelo não-desenvolvimento de um ethos capitalista no Brasil, e em parte pela existência de um Estado patrimonialista, é porque se construiu uma

REVISTAUSP **11**

nova ideologia destinada a mascarar coisas que os grupos dominantes (a meu ver não os há dirigentes, no sentido de Gramsci) não desejam se tome conhecimento, muito menos se adquira consciência.

Qual a grande acusação que se faz ao ethos católico? A de que é por culpa dele que se recusa reconhecimento ao empreendedor de sucesso, àquele que enriquece na atividade produtiva; a de que é essa ética católica que condena o lucro e que faz o grande número se voltar contra os empresários. Deixemos de lado o sistema financeiro, quando então a idéia de usura mereceria discussão à parte, embora não de todo afastada do que pretendo colocar. Ora, o que se encontra nas encíclicas papais sobre os problemas sociais (portanto sobre a economia) é a insistência em que se leve em consideração, no processo econômico, a "pessoa humana". Tendo em conta que desde Leão XIII se está diante da rápida construção do sistema de produção de mercadorias, que se exprime fatalmente em "dinheiro que produz mais dinheiro", poder-se-ia dizer que a doutrina econômica da Igreja Católica vê o processo de produção de mercadorias da perspectiva do "consumidor", que exige respeito a sua condição de "pessoa" e à seu status quando se defronta com o preço fixado pelo "produtor" à luz de suas necessidades enquanto produtor num sistema "anárquico" e em que a mercadoria produzida deve transformar-se rapidamente em dinheiro (quanto mais, e mais depressa, melhor) para que a atividade produtiva prossiga não produzindo bens para serem consumidos, mas apenas mercadorias.

Ora, as relações de dependência que sempre marcaram a sociedade no Brasil imperial e mesmo durante boa parte da República (e poder-se-ia dizer até hoje em muitos lugares do país) levaram a que o grande número (agora considerado da perspectica sociológica estrita, não mais política) tivesse da atividade econômica essa visão de "consumidor", embora a idéia de status, da certeza garantida da vida e do respeito de seus iguais e o desvelo dos superiores para com ele já não existisse, pois a história havia caminhado alguns séculos. È importante ter esse dado em conta; da mesma maneira, há outro dado importante para compreender a formação das idéias, ou das ideologias, como se quiser: ligado à terra, em contato estreito com a Natureza da qual retirava seu sustento e seus status, e que explorava como a escrava que o satísfazia, ou alegrava, enquanto escravidão houve, o senhor rural (de que o grande número dependia no espaço imenso do sertão ou da terra mais perto dos centros ditos urbanos, a qual se amanhava e ameigava), tinha (e talvez ainda tenha) da Cidade e do que nela se produz a visão do "consumidor", tanto mais que a terra não a trabalhava ele com suas mãos, mas primeiro os escravos e depois os imigrantes ou os libertos. Em suma, o senhor rural não produzia, embora tivesse noção muito precisa de que era graças a "seu" esforço, plantando, que aqueles que ele dizia serem seus exploradores viviam - afinal, disso ele tinha plena consciência, de onde vinham as cambiais que permitiam a importação do que todos consumiam, ou os insumos de que se serviam os que habitavam as cidades e produziam mercadorias que ele comprava? A não extensão social do sistema de produção de mercadorias permitiu que se criasse essa idéia de que o empresário industrial era explorador e não merecia respeito, pois não produzia cambiais (e foi através do comerciante que a idéia da exploração atingiu o produtor industrial, e através dos empréstimos das casas comissárias que os futuros banqueiros se viram acusados de usurários), e foi essa resistência de estruturas sociais e mentais à racionalidade da produção de mercadorias que deu vida à "ideologia do consumidor", que ou era produtor rural, ou trabalhador rural dele dependente, levando a que ela permeasse a sociedade toda. Creio que seria de extrema importância estudar como a relação senhor-escravo contribuiu para reforçar essa "ideologia do consumidor", considerando-se também que o "escravo" (depois dependente) se via e era tido apenas como consumidor, além de seu trabalho enquanto tal ser desprezado pelos senhores, que consideravam não poder exercer atividade econômica porque ela era, no fundo, exploradora e por isso mesmo indigna. Há um elemento moral (indigno expressa isso) de suma importância nessa postura antiempresarial, antiurbana, e creio que pesquisas aprofundadas acabarão por comprovar o que enuncio apenas para discussão.

Para que as idéias liberais, importadas da Europa ou dos Estados Unidos, pouco importa, e retrabalhadas no Brasil não se transformassem em práticas e gestos com ampla base social, seria preciso ter em conta também que entre as elites dirigentes, os "senhores" (liberais ou não na postura verbal) e o grande número não se estabeleceram contatos sociais criadores. A grande massa do povo foi condenada ao isolamento na medida em que era tida como dependente e executava o trabalho braçal próprio, até muito próximo na história, do escravo, do negro. Hoje, 1993, a situação não é muito diversa, apesar dos progressos realizados... O preconceito contra o negro e o nordestino - os que executam as tarefas pesadas e sujas - grassa como nunca, talvez menos gravemente do que antes porque agora é consciente, expressando-se simbolicamente na Constituição, que assim reconhece que a sociedade brasileira não reúne os elementos para ser vista como uma sociedade liberal!

Ademais, o grupo ilustrado - expressão que melhor define os que se consideravam e ainda hoje se vêem como liberais - sempre foi pequeno demais diante da grande massa da população, que estava à margem do processo político-social, mesmo depois que a República ampliou o direito de voto. A visão do mundo desse grupo ilustrado tinha muito de "racionalista", de anticlerical da Europa bem pensante do século XIX; ao mesmo tempo, os interesses materiais desse grupo levavam seus integrantes a permitirem que a Igreja Católica, além de zelar pelas Santas Casas de Misericórdia, cuidasse de apascentar as almas, reduzindo a possibilidade de elas descobrirem que havia outro tipo de relacionamento possível entre os que tinham e os que não tinham. Isso por um lado; por outro, dois fatores levavam a que o liberalismo não se expandisse enquanto práticas e enquanto gestos: um deles era o fato de que os grupos ilustrados tinham dificuldade em transmitir suas idéias ao grande número por um fato meramente lingüístico: o universo do pensamento liberal era tão complexo e tão "europeu" que os ilustrados não tinham como traduzir as idéias-chave em palavras acessíveis a uma massa, se não analfabeta, pelo menos não acostumada ao tipo de abstração mental que o discurso liberal necessariamente exige, por não ser simplificador das coisas. O outro fator era que o grande número era suficientemente grande no conjunto da sociedade para impor, pelo princípio da comunicabilidade, parte de sua visão concreta do mundo aos dominantes que pretendiam pensar abstratamente. Esse problema, que estudo mais detalhadamente em "Nossa América, Indoamérica", não se pode perder de vista, tanto mais quando sabemos que os fatos sociais se explicam pelo volume e densidade dos grupos sociais...

A esses fatores, há de se acrescentar outro, morfológico: a separação dos grupos sociais, a pequena falta de comunicação entre eles ao longo do território, a pouca riqueza de suas relações sociais e, até recentemente, a divisão do trabalho muito acanhada. Não é à toa que se escreveu O Poder Público e a Ordem Privada no Brasil: O Estado, o Poder Público de uma maneira geral, sendo obrigado pela extensão do território a delegar tacitamente suas funções, especialmente seu Poder de Polícia e a fixação dos códigos de comportamento ao senhor local. Essa prática - tendemos a esquecer - persistiu na República, e os estudos sobre o coronelismo, inclusive o urbano (a que se referia Maria Isaura Pereira de Queiroz), mostram que em muitas partes ainda hoje é vigente. Nos espaços sociopolíticos das favelas, o novo "coronel" encontra como nutrir seu "curral eleitoral" (não quero, neste contexto, discutir como o Estado muda rapidamente de configuração quando a contravenção e o tráfico de drogas dominam amplos espaços sociais, quando não controlam organizações sociais que, antes, ilustravam algo parecido com a matriz irracional da vida social). Ora, num quadro social em que o grande número contribui para reduzir o universo de pensamento do grupo ilustrado, em que as relacões entre os dominantes e os dominados não são criadoras, cada qual conservando a "sua" cultura; em que o ideário (se assim se pode chamar) liberal não tem como se expressar no universo de discurso do grande número, e em que o senhor privado é o representante do Poder Público, como se pretenderá desenvolver o liberalismo no Brasil? O movimento operário, as lutas sociais inspiradas por doutrinas igualmente importadas e que aqui passaram pelas mesmas vicissitudes do liberalismo e do próprio conservantismo, esse é um capítulo à parte.

Não sei se respondi à questão de saber se há liberalismo no Brasil. Cuidei, mais do que de esmiuçar o pensamento dos que se julgavam liberais, de sugerir pontos de pesquisa para compreender por que essa doutrina, ou conjunto de princípios sociais, políticos e econômicos, não conseguiu se firmar no Brasil, criando necessariamente a disjuntiva entre o estatismo que preside as relações econômicas e sociais desde 1930 (ou seria de antes?) e o movimento reivindicatório revolucionário, que por esse mesmo estatismo está informado.

REVISTAUSP 13